

Sumário

<i>Sobre o Autor</i>	5
<i>Nota introdutória à 2ª edição</i>	19
<i>Abreviaturas e Siglas</i>	23
ABERTURA	29

PARTE I

PODER PÚBLICO EM JUÍZO NO CPC

CAPÍTULO 1 – PREMISSAS.....	39
1. Proposta metodológica.....	39
2. Objetivos a serem alcançados.....	43
3. Quem é (ou pode ser) o Poder Público em Juízo?	46
3.1 A dicotomia prerrogativas e privilégios	50
3.2 Breve panorama monográfico.....	52
4. Uma palavra sobre o controle jurisdicional dos atos de direito público	55
CAPÍTULO 2 – HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.....	63
1. Considerações iniciais.....	63
2. O art. 85 do CPC e suas especificidades em relação ao Poder Público.....	63
CAPÍTULO 3 – REMESSA NECESSÁRIA.....	85
1. Considerações iniciais.....	85
2. Ineficácia da sentença proferida contra o Poder Público.....	88
3. Remessa necessária e contraditório.....	90
4. Cabimento	90
5. Dispensa.....	92
5.1 Nos casos do § 3º do art. 496.....	92

5.2	Nos casos do § 4º do art. 496	95
6.	Relação com recursos e com o art. 942.....	96
7.	Remessa necessária e <i>reformatio in pejus</i>	99
CAPÍTULO 4 – CUMPRIMENTO DE SENTENÇA E EXECUÇÃO		101
1.	Considerações iniciais.....	101
2.	Cumprimento de sentença contra o Poder Público	101
2.1	Abrangência dos arts. 534 e 535.....	104
2.2	Procedimento jurisdicional constitucionalmente diferenciado.	105
2.3	O art. 100 da Constituição Federal	106
2.3.1	Alcance da expressão “Fazenda Pública”	132
2.4	O requerimento para início da etapa de cumprimento de sentença contra o poder público.....	135
2.5	Exclusão da multa do art. 523, § 1º	137
2.6	Impugnação	139
2.6.1	Inexigibilidade da obrigação diante de decisão de inconstitucionalidade do STF.....	141
2.6.2	Efeito suspensivo	142
2.6.3	Pagamento por precatório ou requisição de pequeno valor	144
2.7	Cumprimento provisório.....	147
3.	A execução contra o Poder Público	150
3.1	Embargos à execução.....	153
CAPÍTULO 5 – TUTELA PROVISÓRIA E PODER PÚBLICO EM JUÍZO		157
1.	Considerações iniciais.....	157
2.	Descabimento da tutela provisória (art. 1º da Lei n. 8.437/1992).....	158
2.1	Ainda o descabimento da tutela provisória (art. 7º, § 2º, da Lei n. 12.016/2009)	161
3.	Prévio contraditório (art. 2º da Lei n. 8.437/1992).....	162
4.	Ineficácia da sentença (art. 3º da Lei n. 8.437/1992).....	164
5.	Pedido de suspensão (art. 4º da Lei n. 8.437/1992).....	165
5.1	Legitimados ativos.....	167
5.2	Contraditório prévio.....	168
5.3	Agravo interno	169
5.4	O “novo” pedido de suspensão: a suspensão da não suspensão	170
5.5	Pedidos coletivos de suspensão.....	170
5.6	A ultra-atividade do pedido de suspensão	171

Sumário

6. Art. 1.059 e tutela provisória da evidência.....	172
7. A inconstitucionalidade do art. 1.059.....	173
8. Estabilização da tutela provisória em face do Poder Público.....	176
9. Uma palavra sobre o processo tributário.....	180
CAPÍTULO 6 – OUTRAS NORMAS DO “DIREITO PROCESSUAL PÚBLICO” NO CPC.....	
1. Considerações iniciais.....	183
2. Regras de competência codificadas envolvendo o Poder Público (arts. 45 e 51).....	183
2.1 Competência quando Estado ou DF são partes (art. 52 do CPC).....	186
3. Responsabilidade pessoal dos advogados públicos (art. 77, § 6º, do CPC).....	195
4. Realização/pagamento de perícia (art. 91, §§ 1º e 2º).....	197
5. Advocacia pública.....	198
6. Citações e intimações (arts. 242 e 270).....	202
7. Ações possessórias (art. 562, parágrafo único, e 565, § 4º).....	209
8. Ação monitória (art. 700, § 6º, e art. 701, § 4º).....	211
9. Outros procedimentos especiais.....	214
10. Direito jurisprudencial e fiscalização da decisão paradigmática (art. 985, § 2º, e art. 1.040, IV).....	216
11. Dispensa de depósito prévio em rescisória (art. 968, § 1º).....	218
12. Dispensa de preparo, porte de remessa e retorno (art. 1.007, § 1º)....	221
13. Dispensa de pagamento prévio de multa em agravo interno (art. 1.021, § 5º).....	222
14. Dispensa de pagamento prévio de multa em embargos de declara- ção (art. 1.026, § 3º).....	225
15. Outras formulações.....	228
15.1 Consensualidade administrativa (art. 3º).....	228
15.2 Negócios jurídicos (art. 190).....	236
15.3 Audiência de conciliação ou de mediação (art. 334).....	239
15.4 Julgamento antecipado parcial de mérito (art. 356).....	240
PARTE II	
PROCEDIMENTOS JURISDICIONAIS	
CONSTITUCIONALMENTE DIFERENCIADOS	
CAPÍTULO 1 – MANDADO DE SEGURANÇA.....	247
1. Considerações iniciais.....	247

2.	Modelo constitucional do mandado de segurança	251
2.1	A concessão do mandado de segurança.....	252
2.2	Direito líquido e certo.....	253
2.3	Mandado de segurança, <i>habeas corpus</i> e <i>habeas data</i>	257
2.4	Ilegalidade ou abuso de poder.....	257
2.5	Autoridade pública.....	260
2.6	Um aceno ao mandado de segurança coletivo.....	262
3.	Mandado de segurança preventivo	264
4.	Legitimidade ativa (impetrante)	265
4.1	Legitimação extraordinária	268
4.2	Intervenção litisconsorcial facultativa.....	271
5.	Legitimidade passiva.....	273
6.	Competência	283
6.1	O tema na perspectiva do art. 52, parágrafo único, do CPC.....	286
7.	Petição inicial	289
8.	Informações	292
9.	Medida liminar.....	294
9.1	Fundamento relevante e ineficácia da medida.....	295
9.2	Tutela da evidência	296
9.3	Estabilização da liminar	298
9.4	Restrições.....	299
9.5	Caução e medida liminar.....	301
9.6	Recorribilidade.....	303
10.	Ministério Público (<i>custos iuris</i>).....	305
10.1	Defensoria Pública (<i>custos vulnerabilis</i>).....	307
11.	Sentença.....	308
12.	Recursos.....	310
12.1	Ampliação do colegiado (art. 942 do CPC).....	317
13.	Pedido de suspensão	319
14.	Coisa julgada.....	331
15.	Cumprimento.....	336
15.1	Restrições ao cumprimento provisório.....	338
16.	Efeitos patrimoniais	339
17.	Custas processuais e honorários de advogado.....	350
18.	Intervenção de terceiros.....	352
19.	Decadência	353

Sumário

CAPÍTULO 2 – MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO.....	357
1. Considerações iniciais.....	357
2. Legitimidade ativa dos partidos políticos (art. 5º, LXX, a, da CF).....	358
3. Legitimidade das organizações sindicais, entidades de classe e associações (art. 5º, LXX, b, da CF).....	360
4. Outros legitimados ativos	366
5. Os “direitos” tuteláveis pelo mandado de segurança coletivo	367
6. Medida liminar.....	372
7. Coisa julgada	374
8. Relação com processos individuais.....	376
8.1 O cômputo do prazo de trinta dias.....	379
CAPÍTULO 3 – MANDADO DE INJUNÇÃO.....	381
1. Considerações iniciais.....	381
2. Objeto.....	382
3. Competência	388
4. Sujeitos processuais.....	390
5. Procedimento	391
6. Petição inicial	391
6.1 Medida liminar	393
7. Sentença.....	394
8. Eficácia e coisa julgada	395
9. Recursos.....	400
10. Mandado de injunção coletivo.....	402
11. Sobre a aplicação subsidiária da Lei n. 12.016/2009	406
CAPÍTULO 4 – <i>HABEAS DATA</i>	409
1. Considerações iniciais.....	409
2. Objeto.....	410
3. Fase pré-judicial.....	414
3.1 Interesse de agir.....	417
4. Fase judicial	419
4.1 Partes e objeto.....	422
4.2 Competência.....	425
4.3 Petição inicial	429
4.4 Recebimento da inicial e peculiaridades procedimentais	432
4.5 Medida liminar	435
4.6 Sentença	437

4.7	Coisa julgada.....	440
4.8	Recursos	440
4.8.1	Sucedâneos recursais.....	443
4.9	Pedido de suspensão	444
CAPÍTULO 5 – AÇÃO POPULAR		449
1.	Considerações iniciais.....	449
2.	Competência	451
2.1	Conexão e continência	454
3.	Legitimidade ativa	455
3.1	O cidadão.....	457
3.2	Litisconsórcio ativo.....	458
3.3	Desistência	459
4.	Legitimidade passiva.....	461
5.	Outros sujeitos processuais	462
5.1	A participação da pessoa afetada pelo ato questionado.....	462
5.2	O Ministério Público	465
6.	Causa de pedir	467
7.	Pedido.....	473
8.	Peculiaridades procedimentais	473
9.	Sentença.....	477
10.	Recursos.....	480
11.	Coisa julgada.....	484
12.	Cumprimento	485
13.	Tutela provisória.....	488
14.	Prescrição	489

PARTE III
PODER PÚBLICO EM JUÍZO NA LEGISLAÇÃO
EXTRAVAGANTE

CAPÍTULO 1 – EXECUÇÃO FISCAL		493
1.	Considerações iniciais.....	493
2.	Processo administrativo de inscrição da dívida	496
3.	Petição inicial	499
3.1	Competência.....	500
3.2	Legitimidade ativa.....	501
3.3	Legitimidade passiva.....	503

Sumário

3.3.1	O chamado “redirecionamento” da execução.....	505
3.4	Juízo de admissibilidade da inicial	510
4.	Posturas do executado: pagamento	511
4.1	Moratória (art. 916 do CPC)	513
4.2	Garantia de juízo.....	514
5.	Penhora.....	516
5.1	Intimação da penhora.....	521
6.	Embargos à execução fiscal	522
6.1	Prévia garantia de juízo.....	523
6.2	Efeito suspensivo.....	523
6.3	Matérias	524
6.4	Procedimento e julgamento.....	528
7.	Atos de alienação	529
8.	O término do processo	532
9.	Recursos.....	532
10.	Honorários e custas.....	536
11.	Prescrição	539
12.	Outros meios de defesa do executado.....	545
12.1	Exceção de pré-executividade.....	548
13.	Cautelar fiscal, averbação premonitória, negativas e protestos....	550
CAPÍTULO 2 – AÇÃO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA.....		555
1.	Considerações iniciais.....	555
2.	Inquérito civil.....	557
3.	Acordo de não persecução cível e transação.....	559
4.	Competência	564
4.1	Prevenção	567
5.	Legitimidade ativa	568
6.	Legitimidade passiva.....	572
7.	A intervenção da pessoa jurídica.....	578
8.	O Ministério Público como fiscal da ordem jurídica.....	582
9.	Causa de pedir.....	583
10.	Pedido.....	591
10.1	Cumulação de pedidos	596
11.	Petição inicial e juízo de admissibilidade.....	599
12.	Fase ordinatória	603
13.	Fase instrutória	605

14. Fase decisória (sentença)	607
14.1 Julgamento parcial	617
15. Liquidação e cumprimento	618
16. Tutela provisória	622
17. Prescrição	630
CAPÍTULO 3 – AÇÕES COLETIVAS E O PODER PÚBLICO	637
1. Considerações iniciais.....	637
2. O direito processual coletivo	638
2.1 Legitimidade ativa e o Poder Público em Juízo	642
3. Sobre a limitação territorial da coisa julgada	645
3.1 A (inconstitucional) restrição territorial	650
3.2 Autorização assemblear para ações coletivas em face do Poder Público	653
3.3 Da coisa julgada ao cumprimento da “sentença genérica”	656
4. Descabimento da ação civil pública.....	661
5. Considerações finais.....	666
CAPÍTULO 4 – INTERVENÇÃO DAS PESSOAS DE DIREITO PÚBLICO (ART. 5º DA LEI N. 9.469/1997)	669
1. Considerações iniciais.....	669
2. Crítica à constitucionalidade do dispositivo.....	677
3. Modificação da competência	680
4. A atuação das pessoas jurídicas de direito público.....	683
4.1 Especificamente a legitimidade recursal do parágrafo único do art. 5º da Lei n. 9.469/1997.....	685
5. Amplitude do dispositivo.....	686
6. Pedido de intervenção	689
FECHAMENTO	691
BIBLIOGRAFIA	693
<i>Sites</i>	730